

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1º SEMESTRE
2023

Identificação Institucional

Denominação:	Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
Telefone:	(22) 2665-5786 ou (22) 2665-2417
Site Institucional:	www.socinal.com.br
Endereço:	Av. Brasil, 10 - 4º andar, Centro, Araruama - RJ
CNPJ:	03.881.423/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2023

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

A Socinal mantém sua essência de instituição voltada para a área de tecnologia financeira e fornecimento de serviços bancários. Neste exercício, continuamos a buscar investimentos nesta área e a capacitação das pessoas, voltando nossos esforços para aprimorar os sistemas de pagamento e transferências bancárias, com ênfase nos produtos de conta de pagamento digital e cobrança.

No exercício passado, observamos um aumento dos índices de inadimplência em nossa carteira de direitos creditórios imobiliários e, por isso, neste exercício, ajustamos e alteramos algumas regras quanto a sua originação e seletividade. Adotamos, com sucesso, ações de cobrança em prazos mais curtos e distratos mais céleres, agilizando o refinanciamento ou a revenda do bem objeto com a substituição do crédito. Implantamos também a revisão da política de concessão dos créditos com olhar mais criterioso e restritivo nas novas originações, sempre buscando melhorar a saúde da carteira e estabilizar a inadimplência em patamar compatível com o segmento e com menor nível de provisão para risco.

No setor de captação, observamos que a demanda por títulos de renda fixa se manteve estável e elevamos nosso nível de liquidez de curto prazo para maior segurança em relação aos compromissos a vencer, em linha com a estratégia definida pela alta direção.

I. O segmento de serviços para fintechs é o que demanda maior volume de investimentos em TI, pessoas e infraestrutura, visto que o sistema financeiro atualmente passa por intensa modernização nas áreas de Open Finance, sistemas de pagamento e segurança cibernética. Temos canalizado esforços na modernização e atualização dos nossos produtos e infraestrutura para atender este segmento. A linha de resultados com prestação de serviços recuou 11,80% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 22,3 milhões neste exercício, queda justificada pela compressão das margens e limites operacionais das fintechs parceiras, aliada a fatores externos como a redução do funding de investidores por questões de risco e custo de oportunidade no contexto macroeconômico de altas taxas de juros mundiais.

II. A carteira de crédito total teve evolução de 26,27% fechando em R\$ 259,5 milhões no semestre. O segmento de direitos creditório imobiliários, com foco na geração de créditos para linhas de aquisição de imóveis na planta e loteamentos de perfil residencial, cresceu 32,61% em comparação com o 1º semestre de 2022 e fechou em R\$ 234,4 milhões. As demais linhas de crédito, com volumes menos expressivos, houve redução: no crédito consignado na ordem de 23,29% e volume de R\$ 9,4 milhões; no capital de giro na ordem de 6,24% com volume de R\$ 14,9 milhões.

III. A captação por meio da emissão de títulos e valores mobiliários apresentou evolução de 17,92%, atingindo R\$ 244,2 milhões, com forte demanda por títulos indexados ao IPCA e percentual do CDI em prazos médios de 5 e 6 anos. Neste exercício reforçamos o relacionamento com as corretoras parceiras, e desenvolvemos um novo portal de investimentos, trazendo melhorias significativas aos nossos investidores.

IV. No contexto do regulamento prudencial, ao final de junho de 2023, atingimos um índice de Basileia de 19,68%, nos mantendo bem acima do limite mínimo exigido para o nosso segmento.

V. Nosso retorno operacional bruto antes dos impostos foi de 138,11% superior a igual período do ano passado, atingindo R\$ 7,9 milhões, claramente favorecido pelas estratégias e políticas adotadas para a carteira de crédito neste semestre. Tais números são reflexo dos ativos mais saudáveis, com menor provisão para devedores duvidosos e incremento nas contas de resultado de intermediação. Já o lucro líquido, em linha com o retorno operacional, fechou em R\$ 5,8 milhões, com evolução de 388,82% sobre igual período do ano passado.

Esta administração reafirma seu compromisso com o planejamento estratégico definido em conjunto com os acionistas, visando a eficiência tributária, administrativa e operacional da empresa, com foco em serviços financeiros e operações mais pulverizados e com menor nível de inadimplência. Neste sentido, continuamos direcionando esforços nas parcerias com as incorporadoras e atuando no fomento do crédito voltado ao setor imobiliário, bem como nas operações de *Banking as a Service*, com emissão de dívidas via CCB, serviços de cobrança e conta digital.

2. Panorama Econômico e segmentação

Os primeiros seis meses deste ano foram de contínuo combate à inflação por parte das autoridades monetárias com aumento da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil e intenso debate e aprovação de novo arcabouço fiscal pelo governo. No cenário de juros, o Banco Central abriu espaço ao final no 2º semestre para o corte de juros dado a queda da inflação nos últimos meses e as expectativas em linha com a meta da política monetária. No cenário de atividade econômica e fiscal, acompanhamos o andamento da reforma tributária e sinalização de um PIB positivo entre 2% e 2,5% para

o ano fiscal. Bancos e demais instituições financeiras ainda mantêm taxas de juros reais elevadas de forma acomodar um risco não completamente precificado, aguardando consolidação e implantação das novas regras tributárias, ações fiscais e de controle dos gastos pelo governo. Nos mercados internacionais, temos os países mais ricos ainda com dificuldades de controlar a inflação mantendo juros básicos com viés de alta e, conseqüentemente, reprimindo suas economias e afetando diretamente a brasileira. O mercado de crédito no Brasil sente o aumento da inadimplência e a perda do poder de compra da população e com isso temos muita seletividade e queda do volume de financiamentos.

3. Ouvidoria

A ouvidora da Socinal tem um histórico de todos os casos atendidos e não há relato de ocorrência sem solução formal, como consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010. Nossa estrutura de Ouvidoria atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de seu site na rede mundial de computadores (www.socinal.com.br) e diretamente na sede ou com seus correspondentes. Mantivemos indicadores de baixa demanda por nossos canais de reclamação durante o 1º semestre de 2023 e não tivemos crescimento dos índices de atendimento e demanda.

4. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou os relatórios de controles internos, o de auditoria interna e externa para o risco operacional, e faz periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional, de liquidez, de mercado e socioambiental fazendo a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o monitoramento do risco socioambiental em suas operações e inter-relações com fornecedores, parceiros, clientes e colaboradores.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco, visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br

Agradecemos o apoio e colaboração de todos os acionistas, funcionários, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ, 21 de agosto de 2023.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais)

Ativo	Notas explicativas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Disponibilidades	3	23.341	3.765
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	-	13.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	13.000
Operações de Créditos		25.255	27.121
Setor Privado	5	25.616	28.064
(-) Provisão de Crédito	5	(361)	(943)
Outros Créditos		9.128	12.971
Diversos	6	9.128	12.971
Outros Valores e Bens		8.635	12.390
Bens não de Uso	7	8.634	12.389
Despesas Antecipadas		1	1
Total do ativo circulante		66.359	69.247
Não circulante			
Operações de Créditos		230.569	198.980
Setor Privado	5	233.864	205.900
(-) Provisão de Crédito	5	(3.295)	(6.920)
		230.569	198.980
		-	-
Imobilizado Líquido	8	2.712	2.797
Total do ativo não circulante		233.281	201.777
		-	-
		-	-
Total do ativo		299.640	271.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em reais)

Passivo	Notas explicativas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante			
Depósitos	9.1	23.184	11.265
Depósitos a Prazo		23.184	11.258
Outros Depósitos		-	7
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	8.954	24.060
Recursos e Aceites Cambiais		8.954	24.060
Outras Obrigações	9.3	7.568	7.794
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		928	634
Fiscais e Previdenciárias		2.825	5.508
Diversas		3.815	1.652
Total do passivo circulante		39.706	43.119
Não circulante			
Depósitos	9.1	149.863	125.284
Depósitos a Prazo		149.863	125.284
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	62.159	60.551
Recursos e Aceites Cambiais		62.159	60.551
Total do passivo não circulante		212.022	185.835
Patrimônio líquido			
Capital social		16.042	16.042
Reservas de lucros		31.870	26.028
Total do patrimônio líquido	11	47.912	42.070
Total do passivo e patrimônio líquido		299.640	271.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>01/01 a 30/06/2023</u>	<u>01/01 a 30/06/2022</u>
Receita da Intermediação Financeira		21.327	17.907
Operações de Créditos		20.302	17.249
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vhrs. Mobiliários		1.025	658
Despesas da Intermediação Financeira		(11.704)	(18.333)
Operações de Captação no Mercado		(15.663)	(14.550)
Operações de Empréstimos e Repasse		-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		3.959	(3.783)
Resultado da Intermediação Financeira		9.623	(426)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(1.686)	3.759
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	22.273	25.252
Despesas de Pessoal		(1.315)	(1.302)
Outras Despesas Administrativas	12.2	(2.629)	(2.210)
Despesas Tributárias		(2.382)	(2.572)
Outras Receitas Operacionais		8	5
Outras Despesas Operacionais	13	(17.641)	(15.414)
Resultado Operacional		7.937	3.333
Resultado Não Operacional		(859)	-
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		7.078	3.333
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.236)	(2.138)
Provisão para Imposto de Renda		(768)	(1.332)
Provisão para Contribuição Social		(468)	(806)
Lucro líquido do semestre	10	5.842	1.195
Quantidade de ações		9.500	9.500
Resultado por ação		0,615	0,126
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE		01/01 a	01/01 a
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022			
(Em reais)			
Lucro Líquido		5.842	1.195
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Lucro Abrangente		5.842	1.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
(Em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízo Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.042	1.004	17.703	-	34.749
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.195	1.195
Destinações do lucro:					
Reservas Legal	-	59	-	(59)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	1.136	(1.136)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	16.042	1.063	18.839		35.944
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	16.042	1.370	24.658	-	42.070
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	5.842	5.842
Destinações do lucro:					
Reservas Legal	-	292	-	(292)	-
Reserva Especial de Lucro	-	-	5.550	(5.550)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	16.042	1.662	30.208	-	47.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022
 (Em reais)

	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2023</u>	<u>01/01 a</u> <u>30/06/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	5.842	1.195
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e Amortizações	86	88
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.207)	3.747
Lucro líquido ajustado	1.721	5.030
(Aumento) Redução nos ativos		
Operações de Crédito	(25.516)	(10.655)
Outros Créditos	3.843	2.013
Outros Valores e Bens	3.755	(12.186)
Aumento (Redução) nos passivos		
Depósitos a prazo	36.498	21.933
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(13.498)	2.472
Outras Obrigações	(226)	(1.656)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.577	6.951
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1)	(4)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(1)	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Entrada de Recursos Acionista / Aumento de Capital	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.576	6.947
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	16.765	14.316
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	23.341	21.263
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.576	6.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A Socinal tem foco no segmento de prestação de serviço para plataformas de crédito *online* (*fintechs*) e Fundos de direitos creditórios no modelo BaaS – *banking as a service* e participa como originador e cedente de créditos ofertados nestas plataformas especializadas. A carteira proprietária está composta por empréstimos pessoais para aquisição de lotes e casas residenciais, capital de giro para pequenas e médias empresas e na aquisição de direitos créditos descontados oriundos de vendas parceladas de empreendimentos a performarem parceria com empresas de incorporação e de empreendimentos imobiliários em nossa região de atuação. A captação de recursos é feita por intermédio da emissão de certificado de depósitos a prazo e letras de câmbio por meio de plataforma online própria ou por corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investimentos.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição em 21/08/2023.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 alterou, a partir de 01/01/2021, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução, a Instituição passou a apresentar como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- Resolução BCB nº 2/20 – CPC 26 – Demonstração do Resultado Abrangente

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da Sociedade. **(Nota 3)**

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "*pro rata die*" pelos respectivos indexadores e taxas de juros. **(Nota 4)**

(d) Operações de Crédito

A carteira é composta por produtos de Crédito Pessoal – Consignado em Folha e Crédito Pessoal – 3,63%, Empréstimos Pessoais, para aquisição de imóveis - 0,31%, Capital de Giro– 5,73% e Direitos Creditórios – 90,33%. Desse total, 1,41% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração, levando-se em consideração: os limites operacionais legais, as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. **(Nota 5).**

(e) Outros Créditos

Referem-se ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. **(Nota 6)**

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos à realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Sociedade vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. **(Nota 7)**

(g) Imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte. **(Nota 8)**

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “*pro rata die*”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e Outras Obrigações. **(Nota 9)**

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos

No 1º semestre de 2023 e no 1º semestre de 2022, foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil no exercício, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 15%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	23.341	3.765
Disponibilidade em moeda nacional	23.341	3.765

4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrada como segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Banco ABC	-	4.000
Big Pactual	-	9.000
Total	-	13.000

Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam elevada liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

5- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

A VENCER								Jun-23	Dez-22
ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	1.359	6.539	19.222	52.292	41.507	105.493	33.068	259.480	233.964
INDUSTRIA		52	143	188				383	453
COMÉRCIO	144	144	310	710	555	775		2.638	2.584
OUTROS SERVICOS	306	408	949	2.191	1.221	1.556	31	6.662	6.823
PESSOA FÍSICA	909	5.935	17.820	49.203	39.731	103.162	33.037	249.797	224.104
TOTAL	1.359	6.539	19.222	52.292	41.507	105.493	33.068	259.480	233.964
Ativo Circulante								25.616	28.064
Ativo Não Circulante								233.864	205.900

POR TIPO DE PESSOA

TIPO DE PESSOA	VENCIDA	A VENCER						Jun-23	Dez-22
		ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	450	604	1.402	3.089	1.776	2.341	31	9.693	9.860
PF	909	5.935	17.820	49.203	39.731	103.152	33.037	249.787	224.104
TOTAL	1.359	6.539	19.222	52.292	41.507	105.493	33.068	259.480	233.964

POR REGIÃO

REGIÃO	Jun-23	Dez-22
NORTE	-	-
NORDESTE	-	-
CENTRO-OESTE	-	-
SUL	-	-
SUDESTE	259.480	233.964
TOTAL	259.480	233.964

POR PRODUTO

REGIÃO	Jun-23	Dez-22	CARTEIRAS	Jun-23	Dez-22
NORTE	-	-	CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	9.412	11.248
NORDESTE	-	-	FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	806	589
CENTRO-OESTE	-	-	CAP. DE GIRO/TÍT. DESCONTADOS	14.881	15.381
SUL	-	-	DIREIROS CREDITÓRIOS	234.381	206.746
SUDESTE	259.480	233.964	TOTAL	259.480	233.964
TOTAL	259.480	233.964			

RISCO	PROVISÃO	Jun-2023		Dez-2022	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%	-	-	-	-
A	0,50%	202.026	1.010	141.459	707
B	1,00%	30.211	302	33.951	340
C	3,00%	14.397	432	20.587	618
D	10,00%	10.605	1.061	27.625	2.762
E	30,00%	1.767	530	9.372	2.811
F	50,00%	307	154	606	303
G	70,00%	-	-	140	98
H	100,00%	167	167	224	224
TOTAL		259.480	3.656	233.964	7.863
Ativo Circulante		25.616	361	28.064	943
Ativo Não Circulante		233.864	3.295	205.900	6.920

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 2º SEM 2022	1.158
BAIXAS PARA PREJUÍZO	584
RENEGOCIADAS	-
RECUPERADAS	417
SALDO FIM 1º SEM 2023	1.325

6- Outros Créditos

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
¹ Comissões e Corretagens a receber	521	463
² Adiantamento e Antecipações Salariais	11	275
³ Impostos e Contribuições a Compensar	3.479	6546
⁴ Devedores Diversos – País		3
⁵ Títulos e Créditos a receber	5.117	5684
Total	9.128	12971

¹ Comissões e corretagens a receber geradas por operações de negociação com parceiros.

²Saldo de distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

³ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁴ Representada por valores a receber de repasses dos órgãos públicos referentes a operações de crédito consignado.

⁵ Saldo de valores a receber representados por títulos de crédito, que não se caracterizem como operações de crédito.

7- Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, Recebidos

Em 30 de Junho 2023, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2023	Saldo 31/12/2022
Imóveis	8.634	12.389

Corresponde à bens imóveis disponíveis para venda, ajustados a valor de mercado, recebidos de clientes da Sociedade em dação em pagamento e não utilizados no desempenho da atividade social.

8- Imobilizado

O ativo fixo da Sociedade está assim composto:

Conta	Saldo 30/06/2023	Saldo 31/12/2022
Edificações	3.242	3.242
Móveis e equipamentos de uso	394	394
Sistema de processamento de dados	249	247
(-) Depreciação acumulada	(1.173)	(1.086)
Total	2.712	2.797

9- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

9.1 Depósitos a Prazo

	30/06/2023	31/12/2022
RDB - Recibo de Depósito Bancário	7.660	11.856
CDB - Certificado de Depósito Bancário	165.157	119.776
DPGE - Depósito a prazo com garantia especial		4.911
Outros Depósitos	230	6
Total	173.047	136.549
Passivo circulante	23.184	11.265
Passivo não circulante	149.863	125.284
Total	173.047	136.549

9.2 Letras de Câmbio

	30/06/2023	31/12/2022
LC - Recurso de Aceite Cambial	71.113	84.611
Total	71.113	84.611
Passivo circulante	8.954	24.060
Passivo não circulante	62.159	60.551
Total	71.113	84.611

9.3 Outras Obrigações

	30/06/2023	31/12/2022
(i) Cobrança e Arrecadações Tributárias	928	634
(ii) Fiscais e Previdenciárias:	2.825	5.508
IRPJ a recolher	1.476	3.343
CSL a recolher	777	1.754
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	31	55
Impostos e contrib. s/salários	68	86
Outros	473	270
(iii) Diversas (a)	3.815	1.652
Total (i+ii+iii)	7.568	7.794

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

10- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Cálculo IRPJ e CSLL		30/06/2023	30/06/2022
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	47.567	43.164
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(40.490)	(39.832)
Resultado antes da Tributação sobre o lucro e das participações societárias		7.077	3.332
6.1.5.80.30 - Juros sobre o capital próprio		-	-
Adições	(+)	(3.959)	3.783
Exclusões	(-)	-	-
Lucro Antes da Compensação do Prejuízo		3.118	7.115
Crédito Baixado como Prejuízo (2017 a 2019)			(1.741)
Saldo Prejuízo Fiscal		-	(1.741)
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		3.118	5.374
I.R.	15%	468	806
I.R. Adicional	10%	299	525
IRPJ Devido		767	1.331
CSLL Devida	15%	468	806
Lucro do Semestre		5.842	1.195

11- Patrimônio Líquido

Capital Social: totalmente subscrito e integralizado é de R\$ **16.042.105,26** (dezesseis milhões, quarenta e dois mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos), representado por 12.700.000 (doze milhões e setecentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Os juros sobre o capital próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio a título de remuneração aos acionistas. O pagamento dos juros sobre o capital próprio deve ser reconhecido a partir do momento que seja declarado ou proposto e assim configure obrigação presente na data do balanço e registrado em conta específica no Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido	47.912	42.069
Capital Social	16.042	16.042
Reservas de Lucro	31.870	26.027
Reserva Legal	1.663	1.370
Reserva Especial de Lucro	30.207	24.657

12- Demonstração dos Resultados

12.1 - Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Receitas de Prestação de Serviços	22.273	25.252

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e comissão na originação de créditos resultantes de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

12.2 - Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Despesa de Água, Energia e Gás	34	39
Despesa de Aluguéis	14	9
Despesa de Comunicação	50	44
Despesa de Manutenção e Conservação	-	4
Despesa de Material	34	33
Despesa de Processamento de Dados	1.116	778
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	11	13
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	106	89
Despesa de Serviços de Terceiros	210	32
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	735	919
Despesa com Viagens	30	13
Outras Despesas Administrativas	201	149
Despesa de Depreciação	87	87
Total	2.629	2.210

Composto significativamente por despesas com Processamento de Dados devido Locação do Ambiente Nuvem e novos sistemas operacionais, Consultoria Jurídica, Financeira e despesa de Serviço do Sistema Financeiro devido ao crescimento operacional na área de serviços e na de intermediação financeira.

13- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Outras Despesas Operacionais	17.641	15.414

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos e de títulos e valores mobiliários.

14- Basiléia**Limites Operacionais****Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)**

A Sociedade cumpre o disposto pelo Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos que regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

14.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Conta	Descrição	R\$/1000	06/2023
			Saldo
1100	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PRS5)		47.912
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)		47.912
1102	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (PRS5_LI)		47.912
1110.01	CAPITAL SOCIAL		16.042
1150	LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)		23.956
1160	VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO		2.712
1310	DISPONIBILIDADES		4.668
1320	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		
1350	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		191.869
1370	OUTROS DIREITOS		9.128
1380	OUTROS VALORES E BENS		8.635
1390	PERMANENTE		2.712
1395	CRÉDITOS A LIBERAR		0
1700	VALOR DO RWARCSIMP (RISCO DE CRÉDITO)		217.011
1800	VALOR DO RWAOSIMP (RISCO OPERACIONAL)		26.439
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA (17,00%)		41.387
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO		6.525
1960	MARGEM OU INSUFICIÊNCIA P/ LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO		21.244
2000	RWAS5 (ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO)		243.450
ÍNDICE DE BASILÉIA			19,68%

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA OPTANTES PELO RPS

RESOLUÇÃO 4.606/2017

MÊS/ANO	Junho / 2023	
CONTA	NOME DA CONTA	VALOR DA CONTA
1101	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PRS5_LB)	47.912
2000	RWAS5	243.450
2010	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	41.387
1950	MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	6.525
ÍNDICE DE BASILÉIA >>		19,68%

14.2 – LIMITE DE BASILÉIA E SEGMENTAÇÃO

A Resolução 4.606 de 19 de outubro de 2017 do CMN, implantou nova metodologia de apuração do RWArps (*Risk Weight Asset*) dos ativos ponderado pelo risco no modelo simplificado e requerimento mínimo de Patrimônio de Referência para instituições enquadradas no segmento S5 de instituições não bancárias de crédito (art. 2º, item II). A Socinal solicitou e foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em agosto/2019, a migração de sua segmentação de S4 para S5, passando está a se enquadrar nas regras e limites para este segmento.

O requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12º da Resolução 4.606 é de 17% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWArps) da instituição. Conforme art.1º da Resolução 4.813 de 30/04/2020, por motivos de excepcionalidade nas condições de mercado, o limite mínimo foi reduzido para 15% até abril de 2021, e de 15,5% que vigora até outubro de 2021, no período de 1º de novembro de 2021 a 30 de abril de 2022, os percentuais de que tratam os incisos I e II do caput serão de 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) e 16,25% (dezesesseis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), respectivamente, a partir de maio de 2022, 17%.

Gerenciamento de risco

A Socinal, enquadrada no segmento S5 (Resolução 4.553/2017) faz sua gestão integrada de riscos em conformidade com a Resolução 4.557/2017 em seu art. 3º, sendo (i) compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da instituição; (ii) proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição; e, (iii) adequada ao perfil de riscos da instituição. É resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da sociedade, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da Sociedade (CCI) constituído pela diretoria executiva e acionistas que analisam e deliberam anualmente ou a qualquer momento de forma tempestiva, se for o caso, as ocorrências e os relatórios circunstanciados produzidos pela área de controle internos e risco que está segregada

das áreas operacionais e de negócios de empresa visando a independência de atuação e conflito de interesses.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da Sociedade, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de não negociação bancárias em expectativa de negociação e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da Sociedade estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da Sociedade devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a Sociedade conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela Sociedade se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de risco das operações da Socinal é realizado por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015, sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhadas em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

15- Outros Assuntos – Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva
Jorge Lage Campos
Vanessa Pires Antunes

CONTADOR

Contab Control Consultoria Empresarial Ltda.
CRC RJ: 008658/O-9



**SOCINAL S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO
E INVESTIMENTO**

Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2023
e relatório do auditor independente



Transparência . Justiça . Seriedade

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2023

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Balanço patrimonial	4/5
Demonstração do resultado do período.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Transparência . Justiça . Seriedade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Transparência . Justiça . Seriedade

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Transparência . Justiça . Seriedade

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2023.



TJS – Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

Silvio Sebastião da Silva
Contador CRCMG 044996/O-4